

EDITORIAL

AFETAÇÕES NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES: DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira¹

É com grande satisfação que apresentamos os anais da 8ª edição do Seminário de Comunicação e Territorialidades, realizado presencialmente nos dias 29 e 30 de novembro de 2023, no campus de Goiabeiras, em Vitória. Sob o tema “Diversidade de Gênero e Sexualidade na Comunicação Contemporânea: Diálogos Interseccionais”, este evento promoveu debates articulando perspectivas acadêmicas e experiências encarnadas.

A manutenção periódica deste seminário é de importância fundamental, pois reafirma nosso compromisso contínuo com o fomento ao debate, à análise crítica e à compreensão das dinâmicas que entrelaçam comunicação e territorialidades. O tema escolhido para esta edição, diante das profundas transformações culturais e sociais, bem como dos desafios enfrentados pelos direitos das dissidências sexuais, é não apenas relevante, mas necessário.

As mesas-redondas matutinas, protagonizadas por pesquisadores nacionais, exploraram a interseção entre comunicação, territorialidades e as dinâmicas que permeiam a diversidade de gênero e sexualidade na contemporaneidade. Um espaço fértil para reflexões profundas sobre os desafios e conquistas, provocando afetações no campo. Durante as tardes, os estudantes de Iniciação Científica e Pós-Graduação do Centro de Artes apresentaram suas contribuições por meio de comunicações orais, distribuídas em três painéis temáticos. Os trabalhos nestes anais representam essas produções e refletem a riqueza e diversidade de perspectivas abordadas.

As pesquisas em comunicação que abordam questões interseccionais de gênero, sexualidade, raça e outras dimensões devem ser impulsionadas pela busca por transformação social. Patrícia Hill Collins (2022), ao discutir os desafios na produção da teoria social crítica, destaca a necessidade de superar a falta de diálogo entre teóricos críticos e o público leigo. Esta lacuna compromete a aplicabilidade das teorias para aqueles que são diretamente afetados pelas questões discutidas. É essencial considerar a interseccionalidade como uma Teoria Social Crítica, um olhar que visa teorizar o mundo social a partir das perspectivas das

¹ Coordenador da 8ª edição do Seminário de Comunicação e Territorialidades da UFES. Professor e pesquisador em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com



peças subordinadas em relações de poder interseccionais. Nesse contexto, enfrentamos o desafio de compreender as dinâmicas sociais a partir das experiências dos grupos marginalizados, reconhecendo seus interesses em oposição à dominação política.

Nossas pesquisas em comunicação sobre questões interseccionais não se limitam apenas a um discurso acadêmico, mas devem buscar criar pontes para um diálogo acessível e relevante para a sociedade. As comunicações e pesquisas nessa área precisam não apenas analisar, mas também contribuir para a transformação social. Devem inspirar ações que desafiem a dominação, promovendo projetos de conhecimento resistente que ultrapassem a mera reforma e busquem efetivamente a transformação das estruturas de poder, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

A questão LGBTQIAPN+, tema desta edição do seminário, é intrinsecamente uma luta radical que se entrelaça historicamente com os movimentos sociais mais amplos. Desde o seu início, os movimentos pela emancipação desta população têm caminhado lado a lado com os movimentos radicais de sindicalistas e socialistas, conectando-se diretamente com a luta dos trabalhadores e com a batalha das classes sociais. Além disso, essa luta é profundamente interseccional, integrando-se às lutas contra o neoliberalismo, racismo, sexismo, capacitismo e outras formas de opressão.

No contexto brasileiro, a vivência da população LGBT é permeada por desafios urgentes. Por exemplo, a morte da influenciadora Karol Eller, defensora do ex-presidente Jair Bolsonaro, trouxe à tona a discussão sobre terapias de conversão sexual. A deputada federal Erika Hilton (Psol-SP) protocolou um projeto de lei visando equiparar tais terapias ao crime de tortura. Este cenário ecoa a urgência de pautar a proibição dessas práticas prejudiciais e desumanas. Outro aspecto alarmante é a aprovação, em uma comissão da Câmara dos Deputados, de um projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esse tipo de iniciativa legislativa ameaça os direitos conquistados pela comunidade LGBTQIAPN+, representando um retrocesso perigoso. A realidade da violência contra pessoas trans também é uma preocupação grave no Brasil. Relatórios mostram que o país continua sendo o campeão de desrespeito e violência contra pessoas trans, sendo o local onde mais se registra assassinatos dessa comunidade.

Diante desse contexto, várias reivindicações emergem como urgências. É crucial garantir moradia para LGBTs expulsos de casa, além de assegurar renda básica, saúde e alimentação para essa população, que muitas vezes enfrenta exclusão e discriminação em diferentes esferas da sociedade. A regulação das Big Techs também se torna vital, especialmente diante do crescimento da circulação de discursos de ódio contra a população



trans, impulsionados por ativistas de extrema direita. Essas plataformas se tornaram veículos para disseminação de discursos prejudiciais e, portanto, requerem medidas regulatórias mais rígidas para combater essa disseminação de ódio. Questões como bullying lgbtfóbico também precisam ser abordadas e combatidas com políticas educacionais e sociais adequadas. Além disso, é importante desafiar o conceito de “identitarismo”, que busca diminuir a importância da luta interseccional de classe com questões de gênero, sexualidade, raça, entre outras. A classe trabalhadora não é uma massa homogênea de indivíduos igualmente explorados pela classe dominante. Em suma, as reivindicações se estendem a várias esferas, incluindo direitos básicos, segurança, combate à discriminação, e necessitam de ações imediatas e efetivas para garantir a inclusão e proteção da comunidade LGBTQIAPN+.

A intersecção entre os estudos de Comunicação Social e as teorias sobre gênero e sexualidade revela um campo complexo e dinâmico, permeado por construções sociais, práticas discursivas e tecnologias de poder que moldam a compreensão e a expressão da identidade humana. Paul Preciado (2014) e outros teóricos contemporâneos nos convidam a perceber o corpo como um texto socialmente construído, permeado por tecnologias de inscrição que constroem e reforçam códigos binários de gênero. A cis-heteronormatividade, ao se basear na repetição e recitação desses códigos, perpetua a estrutura que exclui aqueles em dissidência, enquanto indivíduos buscam empoderamento ao desafiar e desviar dessas normas. A compreensão do gênero como uma construção, uma prótese inserida no corpo, desestabiliza a distinção entre natural e artificial, revelando-o como uma tecnologia de fabricação de corpos sexuais.

Gênero, assim, não é um dado natural, mas uma construção social produzida pelo biopoder, hierarquizando e antagonizando indivíduos. Essa diferenciação sexual, tanto cis quanto transgêneros, é uma elaboração prática/discursiva que busca posicionar sujeitos em relação uns aos outros, muitas vezes hierarquizados e submetidos a um sistema normativo (HARAWAY, 2004).

Teresa de Lauretis (1994) expande essa perspectiva, considerando o gênero como um produto de diferentes tecnologias sexuais, linguísticas e culturais que moldam a representação e a autorrepresentação dos sujeitos. Ela ressalta que o gênero não é apenas um efeito da representação, mas também seu excesso, algo que desafia e desestabiliza as normas hegemônicas. Ao observar as contribuições desses teóricos para o campo da comunicação, é crucial reconhecer como as tecnologias de gênero influenciam a subjetividade e a autorrepresentação nas práticas cotidianas. Os discursos hegemônicos sobre gênero muitas vezes excluem as experiências marginais, mas esses espaços da margem também são locais de



resistência e reconstrução das identidades, desafiando continuamente as fronteiras das diferenças sexuais.

Nesse sentido, o diálogo entre comunicação, gênero e sexualidade é um convite para explorar as complexidades das identidades humanas, desafiando normas, discursos institucionais e dispositivos de poder para criar narrativas mais inclusivas e representativas na sociedade.

Os anais do 8º Seminário de Comunicação e Territorialidades refletem o compromisso com a diversidade, a inclusão e o engajamento crítico diante dos desafios contemporâneos. Esperamos que esses trabalhos inspirem novas pesquisas, reflexões e ações que promovam a igualdade e o respeito à diversidade em nossa sociedade.

Agradecemos a todos os envolvidos, palestrantes, participantes e autores, por contribuírem para mais uma edição memorável deste evento.

Boa leitura.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206–242.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201–246, 2004.

PRECIADO, Paul B.. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.